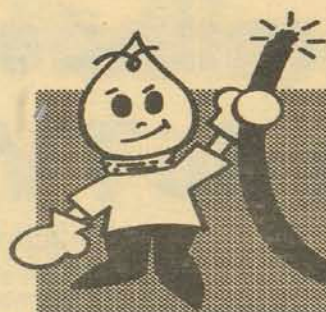




Linhariva

Nº 194 03/09/92

**DE UM POVO HERÓICO,
O BRADO RETUMBANTE:**

FORA COLLOR!

Foto: Jacques Mica/NOIS



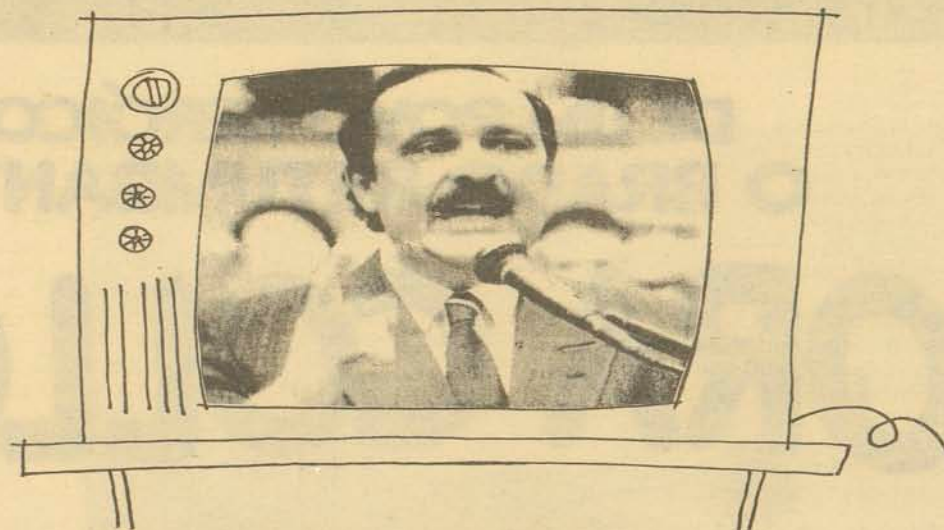
- **O telhado de vidro
de Bornhausen**
Página central
- **A juventude
mostra a cara do Brasil**
Página 8
- **Gazaniga cria
cadeia de TV**
Página 2
- **Plenária pede
afastamento da
direção da Eletrosul**
Página 3
- **Verdine defende
a terceirização
na Celesc**
Página 7

Gazaniga gasta Cr\$ 400 milhões para montar "sua" cadeia de TV

Ainda este mês deverá entrar em funcionamento a "Cadeia Gazaniga", um circuito interno de televisão, com geração direta da sede da Eletrosul, para todas as áreas descentralizadas (Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

O projeto inclui 11 antenas parabólicas, receptores de sinais de televisão, além de produção e transmissão de programas.

Segundo o Senergisul - Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul, a Eletrosul vai tirar dos cofres públicos mais de Cr\$ 400 milhões só para montar a "rede". Deve-se acrescentar a isto os custos de produção dos



programas. Cada discurso do presidente vai custar entre 20 e 40 milhões de cruzeiros.

A Aprosul - Associação dos Profissionais da Eletrosul, enviou recentemente uma correspon-

dência ao ministro das Minas e Energia, Pratiní de Moraes, questionando a implantação deste siste-

ma. Segundo a associação, a empresa já supre sua comunicação com as áreas descentralizadas através de um exclusivo e eficiente sistema de telefonia por microondas, que inclusive corre riscos por falta de manutenção.

Para o Sinergia, no entanto, a instalação da rede "desmascara a farsa da reforma administrativa feita em nome da contenção de despesas e enxugamento". Além disso, destaca o sindicato, "é um absurdo ver um investimento desnecessário como este, quando há obras vitais para o desenvolvimento da região paralisadas".



Nova diretoria no Vale do Itajaí

Foi eleita a nova diretoria do Sindicato dos Eletricitários

do Vale do Itajaí. A chapa vencedora ficou assim constituída: Osmar Soares (presidente), José Wisenteiner (vice-presidente), Paulo Kramatchek (secretário geral), Eris Costa (diretor administrativo), José Rampelotti (diretor financeiro), Isalino Pedron (diretor jurídico), José Jansen (diretor divulgação - cultura), Olcimar Salini (diretor formação sindical). Para o Conselho Fiscal ficaram como efetivos: Lindomar de Souza, Airtom Fossa, Vilson José Vicentim, Edson Campolino Mendes, Balduino Westphal. E como representantes junto à entidade de grau superior: José Ernesto Pereira, Sergio Mauricio Jansen. Dos 637 votantes 565 votaram nesta nova diretoria. A direção eleita agradece o apoio referendado nas urnas.

Candidatos da Intersindical

A relação dos inscritos para eleição dos membros de curadores da Celos está pronta. Estão se candidatando, com apoio da Intersindical: Benhour de Castro Romaris Fº, Osmar Soares, Sérgio Edil Menegol e Warnel Cruz de Souza. Os outros candidatos são: Carlos Henrique Fonseca, José Murilo da Serra Costa Fº e Paulo Roberto Anderson.

Fundos de pensão serão investigados

A CPI que investiga o esquema PP solicitou ao Banco Central, à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e ao TCU (Tribunal de Contas da União) a inspeção nos fundos de pensões das estatais. As investiga-

ções devem se concentrar sobre a compra de ações, como as da Sade.

BR-101 superfaturada

O secretário estadual de transportes de Santa Catarina, Paulo Gouveia da Costa, admitiu esta semana que o trecho da obra de duplicação da BR-101, entre Biguaçu e Palhoça, pode ter sido superfaturado. A denúncia do superfaturamento foi feita pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) em abril deste ano e, até esta declaração de Gouveia, o governo do Estado negava o superfaturamento.

Vernissage de ex-eletricitário

Inaugura nesta quinta-feira, dia 3 de setembro, na Grande Galeria, do CIC (Centro Integrado de Cultura - Florianópolis) exposição individual

dos trabalhos mais recentes de Paulo Gaiad. Intitulada "39 páginas de uma vida e outras obras", a mostra poderá ser vista até dia 27 de setembro. Gaiad, foi até recentemente empregado da Eletrosul.

Muitos inscritos para 1ª Mostra

A 1ª Mostra Coletiva de Artes Plásticas está fazendo o maior sucesso entre os eletricitários. Promovida pelo Sinergia, com apoio da Elase e Abecelsc, se inscreveram 26 artistas, na mais variadas técnicas. A abertura da exposição acontece dia 10 de setembro, às 20 horas da sede da Celesc-Itacorubi. Na ocasião será lançado também o 1º Concurso Estadual de Conto e Poesia.

Plenária pede afastamento da diretoria da Eletrosul

Foi entregue na sexta-feira, em Jacuí - RS, ao ministro das Minas e Energia, Pratini de Moraes, por 12 sindicatos, um documento que faz severas críticas a atual administração da Eletrosul. O documento externa a preocupação das entidades quanto ao futuro da empresa.

O relatório sobre o descaso técnico e administrativo na Eletrosul fala na demissão, somente em 1991 de 1.100 empregados, que representavam grande parte da memória técnica da empresa e ressalta que dos 1.734 demitidos desde 1990, 53% eram da área de construção (fato inexplicável quando se sabe que uma das metas da empresa é construir,

entre outras, mais 2.000 Km de linha de transmissão, até o final da década). A carta cita ainda os vários passivos da empresa: trabalhista (cerca de 100 milhões de dólares); e junto à Elos.

Lembra também que cerca de 1 bilhão de dólares foram investidos pela Eletrosul em obras inacabadas e dá os indicadores da drástica redução de recursos para manutenção do sistema. O documento faz um levantamento de todos problemas que estão surgindo nas Usinas, na área operacional e de manutenção. Por fim mostra que os sindicatos estão atentos ao que seria uma "reformulação" da diretoria de operações que passaria pela regionalização



Em Charqueadas-RS, eletricitários discutiram reivindicações e situação da empresa

e descentralização e acabaria na privatização. Cópias do relatório estão à disposição dos interessados com os representantes sindicais, nos locais de trabalho.

Por causa do conteúdo do relatório, foi pedido ao ministro o afastamento da atual administração da Eletrosul.

PLENÁRIA - No sábado foi realizada a plenária dos empregados da Eletrosul, em Charqueadas - RS. Estiveram presentes representantes dos quatro Estados onde a empresa atua.

A pauta nacional e específica também foram apreciadas pela plenária, que reuniu delegados dos

4 Estados do Sul. Novos itens foram acrescentados.

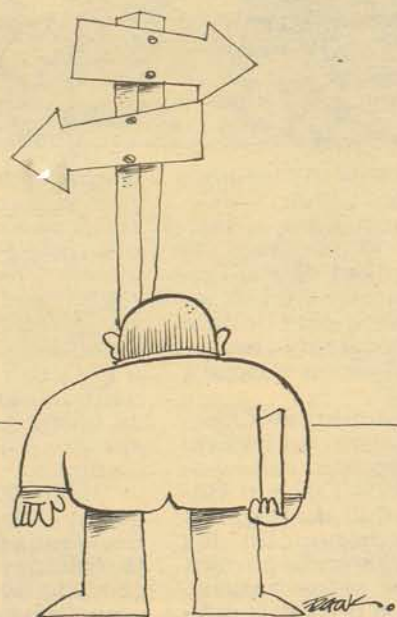
A íntegra destas reivindicações será passada agora para as assembleias regionais e posteriormente encaminhada à direção da empresa, o que deverá acontecer, no máximo, até a segunda quinzena de setembro.

Os planos do governo para o Setor Elétrico

O presidente da Eletrobrás, José Maria Siqueira, esteve na quinta-feira passada, acompanhando o ministro Pratini de Moraes, na visita à Eletrosul. Ele falou com o Linha Viva sobre os planos da Eletrobrás para a Eletrosul.

O que os empregados querem saber é o seguinte: o que vai acontecer com a Eletrosul, o que a Eletrobrás está planejando para ela. Vai fechar? Vai privatizar? Vai terceirizar? Vai enxugar mais?

Siqueira - Não. Eu acho que não vai acontecer nada disso. O que tinha que ser enxugado, já foi. Fazia parte de uma meta do governo. Hoje, o ministro já deu por encerrada a reforma. Hoje já não tem mais nenhuma demissão, nenhuma reforma



administrativa. O que se pode ter agora é uma reforma estrutural, quer dizer, de funções, etc. Mas não mais cortes, não vai ter mais nada.

Dentre as empresas ligadas à Eletrobrás a Eletrosul foi das que mais sofreu com isto...

Siqueira - Com a Eletrosul não vai acontecer mais nada. Tanto que se está retomando uma série de obras para, exatamente, dar serviço à Eletrosul.

E as privatizações?

Siqueira - O setor elétrico ainda não entrou na política de privatização. Ela está sendo tocada no BNDES. As primeiras do setor elétrico que estão colocadas para privatização é a Ligth e a Escelsa, que são

duas distribuidoras, que são muito fáceis de privatizar. Eu não creio que num prazo curto haja privatização das Eletrosuis, Eletronortes, Furnas.

Por que?

Siqueira - Primeiro, porque é muito dinheiro envolvido. Segundo, porque você tem muita obra nestas companhias ainda por acabar. Então, nós estamos pensando numa privatização nessas companhias em termos de associações, em termos de co-geração, para terminar o que existe. Não em termos de privatizar. Porque você precisa, em termos de montante de recursos, muito dinheiro e todas estas companhias tem mobilizado um ativo muito grande. Não creio que vá aparecer alguém para comprar. Agora, você precisa do setor privado para, momentaneamente, se associar com você para terminar uma série de obras que no momento estão paradas. É que o ministro Pratini acabou de dizer. Em Jacuí vamos assinar um ato em que foi criado um grupo para estudar como pode haver uma associação entre a Eletrosul, que já gastou muito dinheiro em Jacuí, e o setor privado, para término daquela obra e depois a exploração comercial.

Quais os planos da Eletrobrás, em termos de futuro energético, para a região sul?

Siqueira - Entrar mais car-

vão e mais gás na matriz energética. Você, durante muito tempo, só trabalhou com hidrelétricas no Brasil inteiro. Tinha algumas térmicas, localizadas principalmente na região norte. Hoje, na região sul, estamos aí com duas térmicas para terminar e o ministro diz que até o ano 2.000, um dos componentes que deverá ser acrescentado na matriz energética é o gás. A política não é só utilizar o carvão para a região, o carvão será um dos componentes.

Parece que o presidente da Eletrosul aproveitaria esta visita de vocês para inaugurar um circuito interno de televisão. Há poucos dias a Eletrosul disse que a debilidade do sistema era fruto da falta de recursos. Como se compatibiliza estas duas coisas?

Siqueira - Estou sabendo da inauguração agora, através de você. Não sabia e nos atos aqui assinados não tinha nada disso. Agora teremos um jantar com o governador e amanhã uma visita à obra de Jorge Lacerda e depois uma visita à região de Jacuí. Eu não estava sabendo disso. Acho que não vai haver.....(viu! pela tangente. Me saí bem, né?).

O homem do neo-liberalismo entende muito de corrupção

Jacques Mick
NOIS/Folha Sindical

Jorge Bornhausen continua sendo o homem forte do governo Collor, mesmo depois de ensaiar uma renúncia que acabou não acontecendo. Sua maior preocupação, no entanto, não tem sido salvar o presidente do impeachment, mas assegurar a continuidade do projeto neo-liberal, conhecido como Plano de Modernização. Na esteira disso, as preocupações fisiológicas com cargos num eventual futuro governo ganham seu espaço.

A trajetória de Bornhausen explica e ilustra o fisiologismo, e mostra que quando se fala em corrupção ele tem, pelo menos, telhado de vidro.

Jorge Bornhausen pode ser condenado nos próximos meses a devolver aos cofres de Santa Catarina cerca de Cr\$ 1 bilhão, por ter autorizado contratações irregulares de funcionários quando era governador do Estado.

Bornhausen, junto com os ex-governadores Henrique Córdova e Esperidião Amin, é acusado de ter contratado sem concurso público 14 procuradores da Fazenda junto ao Tribunal de Contas. As duas ações populares contra as autoridades tramitam desde 1983 nas gavetas do Judiciário. Devem passar por novo julgamento neste ano, depois de já terem sido consideradas procedentes em primeira instância e depois dos recursos ingressados pelos ex-governadores. Segundo o jornal A Notícia de 16 de junho de 1991, Bornhausen, Córdova e Amin deveriam ressarcir aos cofres públicos cerca de Cr\$ 1 bilhão, em valores atualizados, correspondentes aos salários dos procuradores.

PORTA DOS FUNDOS

Mas esta é apenas uma das irregularidades que decoram o currículo de Jorge Bornhausen. Ele já entrou na vida política pela porta da ilegalidade, aberta pela mão da ditadura militar. Em 1966, o então presidente da República, Castelo Branco, cassou o mandato do vice-governador do Estado, Francisco Dalligna, que era do PTB, e deixou aberta uma vaga no governo de Ivo Silveira, do PSD. A UDN teria a responsabilidade de indicar o substituto. A escolha, unânime, caiu sobre um jovem advogado carioca de 29 anos, dirigente da UDN no Vale do Itajaí. O único impecilho era que a Constituição Estadual dizia que o vice-governador deveria ter, no mínimo, 35 anos. Mas, era a ditadura, e mudaram a Constituição para permitir a posse de Bornhausen.

LANCHE CARO

Homem de confiança, Bornhausen foi

empossado na presidência do Banco do Estado de Santa Catarina em 1975 por seu primo Antônio Carlos Konder Reis, novo governador do Estado. Não precisou abandonar a presidência da Arena para assumir o novo cargo. Para os empregados do banco, foi um bom chefe: na época, o lanche tinha suco de laranja e misto quente. Mas foi o lanche mais caro da história da categoria: O Besc não pagava INPS, e a dívida trabalhista acumulada em 1982 chegava a Cr\$ 137 milhões (equivalente a mais de Cr\$ 1 bilhão hoje).

A frente do banco, Bornhausen autorizou empréstimos de Cr\$ 35 milhões em 1977 às empresas paranaenses Olear e Frigorífico Medianeira, de parentes da família. As duas empresas estavam com pedido de falência prontos quando receberam os empréstimos, faliram, e deixaram o Besc a ver navios.

Além disso, também presidente da Companhia para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, Bornhausen intermediou um convênio entre o BRDE e o Badesco com a Pátria Companhia de Seguros Gerais, que ficaria com o monopólio dos seguros dos bens dados em garantia para os financiamentos concedidos pelos bancos. Não haveria problemas, se o convênio não tivesse sido firmado sem concorrência pública - e se a empresa não fosse do próprio Bornhausen.

Essas espécies de irregularidades motivaram os deputados de oposição no Estado a requererem na Assembleia Legislativa a instalação de uma Comissão Parlamentar



de Inquérito, para investigar transações suspeitas entre o Besc e a empresa de Terra-planagem Triângulo S.A.. Como a Arena tinha maioria dos parlamentares, a CPI não foi nem instalada e Bornhausen continuou acima de qualquer suspeita.

Em 1982, Jorge Bornhausen concorreu ao Senado, na eleição mais suspeita da história política catarinense. As emissoras da RBS TV, que

realizaram a apuração paralela das eleições, divulgaram nos primeiros dias apenas boletins de urna que concedessem a vitória aos candidatos do PDS, Esperidião Amin para o governo e Jorge Bornhausen para o Senado. Os primeiros balanços, falsos, divulgados na televisão desiludiram a militância e os candidatos do PMDB, Jaison Barreto para o governo e Pedro Ivo Campos para o Senado, abrindo caminho para a fraude, nunca investigada. Bornhausen elegeu-se com apenas 1.439 votos a mais que Pedro Ivo Campos.

O PMDB jogou duro na oposição, naquela campanha, atacando o mandato de Bornhausen no governo de Santa Catarina. Bornhausen assumira em 1979 com as bênçãos do presidente João Figueiredo e da eminência-parda do regime militar, Golbery do Couto e Silva. E em 1982 era acusado de "arruinar o estado: em três anos, multiplicou por dez a dívida herdada de Antônio Carlos Konder Reis, provocando um rombo de Cr\$ 100 bilhões aos cofres do estado até o final deste ano - dinheiro suficiente para comprar cem Volkswagens zero quilô-

metro", dizia o jornal Mudança, do PMDB.

O partido denunciou também que Bornhausen propagandeava como sendo suas as obras executadas em outros governos. "Até obras listadas duas vezes entraram na soma de seis mil obras em três anos", afirmava Mudança. A obra mais faraônica do governo, no entanto, aconteceu na noite de 5 de agosto de 1982, quando Bornhausen recebeu o presidente João Figueiredo com um banquete que custou Cr\$ 2,22 milhões aos cofres do estado - dinheiro que bastava para a construção de duas casas populares.

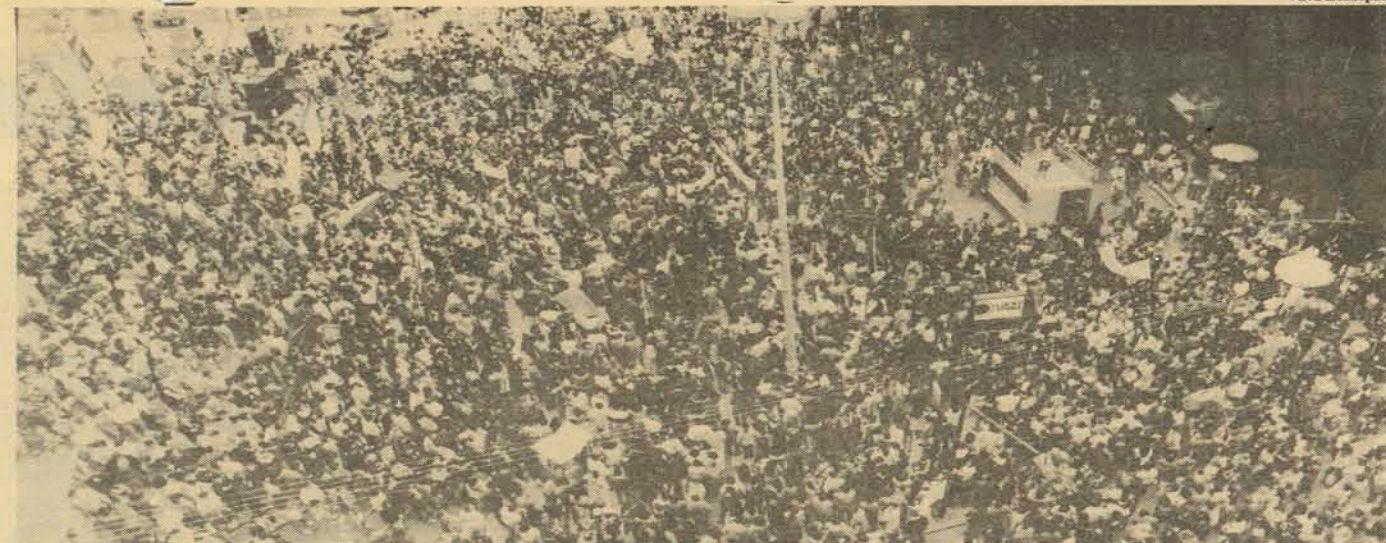
HOMEM DA MALA

Enclausurado na tranquilidade do Senado, longe das denúncias das campanhas eleitorais, Jorge Bornhausen foi se especializando em articulações políticas. Em 1985 foi empossado presidente nacional do PDS, quando José Sarney foi transformado em presidente de honra do PMDB e em Presidente da República. Bornhausen renunciou mais tarde, e puxou o racha do partido que gerou o PFL.

Isso tampouco impediu que ele se transformasse em ministro da Educação do próprio Sarney em 1987, defendendo a estadualização das universidades federais. Foi torpedeado por querer "estadualizar a universidade dos bípedes e federalizar uma escola de quadrúpedes", a Escola Nacional de Equitação, junto com o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, conforme denúncia da revista Veja. A obra acabou não se concretizando, entre outros motivos, porque um cavalo custaria ao Estado Cr\$ 8 mil por mês, enquanto um professor da Universidade de Minas Gerais recebia um salário de Cr\$ 4 mil.

Até por não se sentir muito a vontade à frente de um ministério como o da Educação, Bornhausen pediu demissão em 24 de setembro de 1987, concretizando o racha da Aliança Democrática que dava sustentação política ao governo do PMDB. Nesses 596 dias em que permaneceu no MEC, Bornhausen repassou a Santa Catarina cerca de Cr\$ 1 bilhão, destinados à construção de escolas e ampliações nas instalações da Universidade Federal de Santa Catarina. Este know-how lhe valeu o sugestivo apelido de "homem da mala", e elogios até da oposição.

Quando tomou posse no cargo de Secretário de Governo do presidente Fernando Collor, com a tarefa de limpar a imagem de um governo elameado pela corrupção, Jorge Bornhausen foi celebrado como representante da "nova etapa" no Executivo. Ele teve a honra de dizer: "em 25 anos de atividade política, minha moral nunca foi questionada".



15 mil em ato contra Collor

Estudantes, estudantes, estudantes. Trabalhadores. Dez mil pessoas, mais ou menos, no largo da Catedral Metropolitana de Florianópolis no dia 1º de setembro. Dizia-se, nos auto-falantes:

- É a maior manifestação popular desde a campanha das Diretas Já.

Era exagero, mas nas vozes de todo mundo brotava um grito comum:

- É ou não é piada de salão, o chefe da quadrilha presidente da Nação?

Rostos pintados, gritos juvenis. "Pra não dizer que não falei de flores" trocada por "Alegria, Alegria". O dia da en-

trega do pedido de abertura do processo de impeachment de Collor fez ecoar em Florianópolis uma exigência que já se ouvia na maiores capitais do país: Fora Collor.

Uma mistura de vozes que querem uma nova política econômica, ética na política, o fim da corrupção e da impunidade. Que querem sepultar num ataúde com o nome "passado" o presente escrito na História pela CPI do PC.

A realização desse querer está e não está nas mãos de toda essa gente. Está, porque as multidões nas ruas trazem

consigo a magia da democracia, a arma que mina o fisiologismo. E não está, porque o fisiologismo é algo que, se tem seu preço político, também tem um preço em moeda corrente. E o governo sabe disso.

Mas a esperança está de volta às ruas. Uma esperança bagunçada, que váia os partidos políticos, que não tem paciência para discursos. Mas que tem o cheiro e a cor da juventude. Dessa juventude que, se não carrega consigo muitas glórias no passado, sonha com paz em seu futuro.

Roteiro do impeachment

Os presidentes da ABI - Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho e da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Lavenêre, entregaram na última terça-feira, ao Congresso Nacional, o pedido de impeachment do presidente Collor. O pedido, pela lei, pode ser solicitado por qualquer cidadão, acompanhado de provas e testemunhas. A OAB e a ABI usaram como provas as conclusões da CPI.

Ao receber a denúncia o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, deve proceder a leitura em plenário. Esse mesmo plenário escolhe uma comissão de parlamentares que deve emitir um parecer em 10 dias. Se o parecer for pelo impeachment e em caso de aprovação desse parecer, o presidente Collor tem 20 dias para se defender perante a comissão que deverá emitir um novo parecer.

Depois de novo parecer favorável, a Câmara precisa da aprovação de 2/3 dos deputados para a abertura do processo de impeachment. Caso isso aconteça, Collor é suspenso de suas funções por 180 dias. O processo então é remetido ao Senado e instaurado. O presidente do Supremo Tribunal Federal preside os trabalhos mas não julga. Os senadores então votam pela absolvição ou pela condenação do presidente. Em caso de condenação, o presidente é destituído e impedido de se candidatar a cargos públicos por oito anos.

No caso do processo de impeachment ainda existem divergências sobre um ponto processualmente menor. Trata-se da margem de votos pela qual a Câmara considera procedente ou não o parecer da comissão. Alguns juristas acham que a maioria simples é suficiente, outros que é necessária a maioria de 2/3 dos 503 votos em plenário.

Outra questão é sobre a votação nominal ou secreta na Câmara. A lei do impeachment, que data de 1950, prevê o voto nominal. Mas o regimento do Senado prevê o voto secreto. O deputado Ibsen Pinheiro já informou que vai decidir na hora se a votação vai ser nominal, aberta, ou secreta.



Alegria, emoção e indignação se mesclam no protesto

Governo quer acabar com a Seguridade

Um dos pontos importantes discutidos na IX Conferência Nacional de Saúde, que aconteceu entre 9 e 14 de agosto, em Brasília, foi a questão da seguridade social.

O plenário denunciou o desrespeito aos princípios da Constituição com relação ao assunto, promovido pelo governo. O texto constitucional é incompatível do ideário neo-liberal praticado pelo governo Collor.

A Constituição brasileira fixa como objetivo da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que tem como seus alicerces uma seguridade social gerida democraticamente e fundada nos princípios de universalidade dos serviços, uniformidade dos benefícios, distributividade na sua prestação e equidade no custeio.

No entanto, a afronta a estes princípios é tão explícita por parte do governo, que o "emendão" proposto à Constituição retira vários pontos referentes a eles. A base é a desobrigação do poder público para com a seguridade social. E nesta esteira vai, também, a privatização da previdência.

Reafirmar a responsabilidade do poder público pela efetivação dos direitos da população com relação à saúde,

previdência e seguridade foi uma preocupação marcante na Conferência.

"Implementar os Conselhos de Seguridade Social enquanto foros públicos autônomos de deliberação e fiscalização de caráter pluralista, integrados por representantes do governo, dos empregadores, dos trabalhadores e dos profissionais do setor, garantindo o papel do governo federal enquanto arrecadador e mantenedor do aparelho administrativo." Esta preocupação básica da Conferência é base para as propostas alternativas com relação à representação nos conselhos:

- a representação nos Conselhos de Seguridade Social terá a seguinte composição: governo 25%; empregadores 25% e trabalhadores 50%;

- a representação nos Conselhos deverá ter

maioria dos trabalhadores; o governo federal entra de forma subordinada;

Mas a Conferência foi dura ao exigir a aplicação imediata dos benefícios da seguridade social aos trabalhadores rurais e aposentados e ainda a "previsão e provisão de uma situação de seguridade social efetiva para os socialmente menos favorecidos entre os quais o trabalhador rural, aposentados de baixa renda, deficientes físicos, desempregados e idosos".

Se isso parece uma coisa distante, segundo a Conferência, fica muito simples se o governo cumprir a lei e repassar de 10 a 30% do Orçamento Fiscal para a Seguridade Social.

PREVIDÊNCIA - A moralização da previdência é uma preocupação nacional. A Conferência, por sua vez, apontou saí-

das: "constituição de uma Comissão nacional de Auditoria da Previdência, constituída por entidades representativas dos trabalhadores em atividade, dos aposentados, dos empregadores e da sociedade civil (ABI, OAB, CNBB), bem como da Comissão de Seguridade Social do Congresso Nacional".

Mas isso não resolve tudo. Foi apontada, ainda, a necessidade de reajustes mensais nos benefícios, de acordo com a inflação, e a manutenção da aposentadoria por tempo de serviço. Mais do que isso, o plenário detectou a urgência de "estabelecer mecanismos rigorosos na fiscalização da legislação do trabalho que garanta aos trabalhadores rurais e urbanos o direito da carteira assinada".

Aprovada proposta de Programa de Saúde do Trabalhador em SC

**Flávio Luiz Valente
Assessor da Comissão
Intersindical de Saúde em
Ambientes de Trabalho**

Foi aprovada, no último dia 17, pela Comissão Institucional criada para acompanhar a implantação do Programa de Saúde do Trabalhador em Santa Catarina a proposta preliminar de implantação do PST no Estado. O projeto, elaborado com a participação da Comissão Intersindical de Saúde em Ambientes de Trabalho (Cisat), inclui todas as reivindicações apresentadas pelo movimento sindical e representa um enorme avanço na área de saúde

do trabalhador, no interior do Sistema Único de Saúde.

A proposta representa a aplicação da legislação já existente sobre o tema, em nível federal, mesclada com a experiência de vários programas já em operação em outros Estados. Da proposta, estes são os pontos mais importantes:

- 1 - Garantir que o Programa enfatizará os aspectos de promoção, prevenção e reabilitação, sem descuidar dos aspectos assistenciais;

- 2 - Articular as diferentes instituições que atuam na área, permitindo uma

otimização dos recursos existentes e melhoria dos serviços prestados;

- 3 - Capacitar a rede pública de saúde para o atendimento do acidentado do trabalho e do portador de doença ocupacional e do trabalhador, permitindo ao trabalhador a obtenção dos benefícios em lei;

- 4 - Criar Centros de Referência Regionais capazes de desenvolver as atividades de investigação da relação entre doenças e condições de trabalho, fiscalização dos locais de trabalho, atividades de educação em saúde e pesquisa;

- 5 - Unificar e organizar o fluxo de informações sobre acidentes e doenças do trabalho, permitindo ações baseadas no conhecimento da realidade;

- 6 - Normalizar as ações prestadas por todos os níveis do Sistema Único de Saúde, garantindo a qualidade dos serviços prestados ao trabalhador.

Agora a proposta será encaminhada à Secretaria Estadual de Saúde e a outras instituições envolvidas no processo para homologação e definição dos primeiros passos em direção à implantação do PST.

Somente a participa-

ção continuada dos sindicatos vem garantindo a continuidade do processo de elaboração da proposta de Programa, desencadeado pela Cisat e pela CUT. Neste momento, é fundamental que aumente a pressão sobre a Secretaria de Saúde, SUS e outras instituições responsáveis pela área para que possamos garantir não só a aprovação da proposta pelo Secretário de Saúde como sua implantação dentro do mais breve espaço de tempo possível.

Verdine diz que terceirização vai continuar

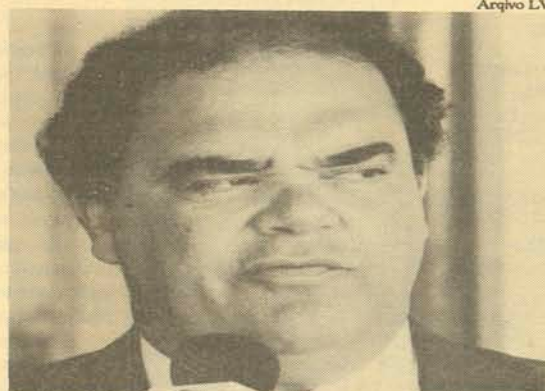
Em entrevista ao Linha Viva, no final da semana passada, o presidente da Celesc, Luiz Verdine, se contrapôs à posição da Acesa (Associação das Concessionárias de Energia Elétrica), que é contra o decreto 409. Ele defende a Celesc, a única concessionária do país a obedecer o decreto, dizendo que a empresa é uma boa pagadora. Verdine também afirma que a terceirização vai continuar na Celesc.

Quanto a Celesc está mandando para a Eletrobrás mensalmente, com a aplicação do decreto 409?

Verdine - 51% da receita líquida.

Quanto é isto em dinheiro?

Verdine - Hoje, em torno de Cr\$ 50 bilhões. É o que estamos mandando. É o pagamento da fatura de energia



Verdine defende o Decreto 409

comprada.

Este percentual foi tirado de onde? Como foram feitos os cálculos para se chegar a este percentual?

Verdine - O problema é o seguinte: tradicionalmente a Celesc pagava 55% da receita líquida de energia comprada e

quida e hoje estamos mandando 51%.

Mas a Celesc é a única no Brasil a cumprir o 409. Inclusive a Acesa é contra o decreto...

Verdine - Porque a Celesc é boa pagadora. Ela compra e paga.

nós continuamos remetendo um valor que tradicionalmente a Celesc vinha pagando.

Não mudou nada então?

Verdine - Muito pelo contrário. Baixou um pouco. A média dos últimos anos era de 55% da receita lí-

Mas, que benefícios isto está trazendo para a empresa?

Verdine - A rolagem da dívida da Celesc. Quando entramos no governo, encontramos uma dívida de 146 milhões de dólares. Dívida de energia consumida e não paga. Nesta rolagem eles fizeram um financiamento e reconsideraram neste cálculo a CRC. Você tira Cr\$ 420 bilhões do passivo do balanço. A Celesc fica adimplente.

Sim, mas em termos de obras, de novos investimentos, de manutenção como ficou a coisa?

Verdine - A Celesc com isto ficou adimplente junto ao DNAEE, junto à Eletrobrás, junto à Eletrosul. Desta forma, podemos entrar no mercado financeiro e pegar recursos que antes não podíamos.

Ela está fazendo isto?

Verdine - Está se fazendo...

E a terceirização, a privatização da empresa? Isto está

deixando os empregados muito inseguros. Quais são os planos?

Verdine - De privatização não temos nada em mente. Quanto à terceirização estamos com alguns serviços terceirizados que vamos retornar a fazer e outros que vamos terceirizar.

Quais?

Verdine - A leitura que estava sendo contratada nós vamos voltar a fazer. Já os serviços de manutenção, porque o volume de manutenção é muito grande, nós pretendemos continuar a terceirização. Agora, eu não tenho ilusão de que o Brasil vai ficar uma ilha de estatais no mundo. Não tenho esta ilusão. Nosso intuito é preparar a Celesc para ter o setor privado como parceiro. Porque senão, no futuro, eles serão os nossos patrões.

UNICAMP estuda sindicalismo e prepara lideranças

O sindicalista que quiser atuar no movimento popular hoje em dia, precisa estar preparado para entender principalmente do andamento da economia, política e questões sociais. Do sindicalista são cobradas respostas e atitudes de enfrentamento. Por isto é necessário que ele tenha uma formação que dê ao movimento sindical condições de intervir nas questões globais do interesse da população.

Por isto a iniciativa da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) está sendo muito aplaudida. Ela iniciou este ano um curso de especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo, voltado para sindicalistas. Os alunos são metalúrgicos, bancários, eletricitários, professores, comercia-

rios, enfim trabalhadores de todas categorias vindos do Brasil inteiro.

A UNICAMP é a única universidade brasileira a se voltar ao campo do trabalho. As demais dedicam-se, quase que integralmente, ao capital, ou quando muito, lidam com o assunto de forma acadêmica, sem interação com os movimentos populares. Existe, de outro lado, um preconceito com relação aos sindicalistas de que eles são incapazes de apreender ou analisar a realidade.

Com este curso o preconceito está sendo derubado. O conteúdo da especialização é o mesmo



de um mestrado e os professores são todos doutores ou mestres (entre eles estão Maria Conceição Tavares e Walter Barelly). Segundo um aluno do curso, os professores observam que a relação dos alunos do mestrado e dos alunos sindicalistas com o curso é muito diferente.

"As expectativas são diversas. Os alunos sindicalistas se preocupam e querem discutir um projeto para o país. Suas inquietações são outras. Existia um preconceito,

no início, de pessoas que achavam que o nível do curso deveria ser facilitado, não ser o mesmo do mestrado, porque os sindicalistas não teriam condições de acompanhar o conteúdo. Nós porém não abrimos mão e o que está acontecendo é o inverso. A resposta tem sido ótima".

A especialização tem a duração de um ano, em tempo integral. Existem bolsas de estudos para os interessados, inclusive com alojamento no pró-

prio campus. A estrutura do curso é composta de Nívelamento, Introdução à Macroeconomia, desenvolvimento Econômico, Disciplinas Específicas, Padrão de Industrialização e Sindicalismo nos Países Avançados, Mercado de Trabalho, Salários e Sindicatos no Brasil, Empresa e Relações Industriais, Sindicatos e Ação Sindical, A Industrialização Brasileira, Políticas Sociais no Brasil.

O mesmo conteúdo é ministrado para aqueles que não tem tempo a dispor, de uma forma condensada. Os alunos assistem quatro semanas de aulas, distribuídas ao longo de 12 meses.

A explosão nas ruas. A TV e jornais não cessam de divulgar imagens comoventes da juventude assumindo a liderança do mais significativo movimento da sociedade civil na conquista de cidadania.

O Brasil mostrou a sua cara. E é uma cara nova, pintada, alegre, iconoclasta, plural e rebelde. Sem lançar mão da estética e da pureza lúdica que fazem seu modo descontratado de ser, uma geração de jovens se dirige aos espaços públicos das cidades para dar um recado bem claro: "não é neste mundo hipócrita, mesquinho e injusto que desejamos viver: fora corruptos".

Os anos 80 desenvolveram a ideologia do culto das felicidades privadas e da perseguição de projetos individuais. Foi o florescimento da individualidade. Exacerbado, porém, este individualismo resvalou para princípios do irracionalismo, se constituindo em substrato para todas as mazes que nos cercam.

A corrupção, por exemplo, adubada no quintal da impunidade, e da passividade da sociedade, chegou ao limite da própria inversão de valores. O não prevaricar o bem público tornou-se exceção. Não, não é mesmo piada de salão, o chefe da quadrilha, pasmem, é o presidente da nação.

Mas eis que num momento de ceticismo generalizado, de impotência diante a fatalidade de acontecimentos que nos oprimem e sufocam nossa dignidade, surge um movimento popular espontâneo, iluminando as bases de um novo princípio de esperança.

O que se revela nas ruas não tem precedentes históricos. Os valores de pluralidade e individualidade consagrados nos anos 80 são reafirmados. Mas outro ingrediente é adicionando nesta fórmula de cidadania: o público, o coletivo,



O BRASIL MOSTRA SUA CARA

Por Luiz Cezare Vieira

valores de solidariedade sem os quais, entenderam os jovens, não existe nenhuma possibilidade de avanço.

Certamente a minissérie "Anos Rebeldes" exerceu grande influência no imaginário da juventude que assomou às ruas. Mais que isto, o belo trabalho de Gilberto Braga na verdade resgatou parte da história recente de nosso país. Resgatou parte da memória sem a qual o presente se torna infinito e ausente de sentido. Mostrou a milhares de jovens que a vida não se limita à busca de benefícios pessoais. Que são eles os herdeiros das esperanças daqueles que sucumbiram no passado.

A história não se repete. A rebeldia dos anos 90 jamais será uma citação de 68. As circunstân-

cia são outras. O mito de um retorno a Idade de Ouro e a determinação prévia de um sentido absoluto da história já não sensibiliza a juventude. Foi o que se percebeu na falta de correspondência aos jargões e palavras-de-ordem da esquerda ortodoxa. Se o socialismo é científico? Bolas para ele.

A teoria, ao contrário de se debruçar sobre velhos manuais e tentar decifrar onde a realidade errou, deve se manter atenta às vibrações que vêm das ruas. A bússola deve ser orientada pelas aspirações populares, pelos anseios da juventude, pela revolta dos oprimidos, pela recusa à destruição do Planeta, pelos valores consagrados da vida e que hoje, nas ruas, dizem que basta de corrupção.

O socialismo real desabou na Europa Oriental, mas o capitalismo realmente existente no Brasil revelou nas apurações da CPI apenas a ponta de grande iceberg de desfaçatez e iniquidade que saturam o país.

Aqui as leis de mercado são as leis da ganância. A acumulação privada de capital é roubo arquitetado arditamente em escritórios pelos ratos de gravata.

Com certeza, Antônio Ermírio de Moraes e mais uma infinidade de respeitáveis empresários não pensavam nos 72 milhões de subnutridos quando contribuíram para a campanha de Collor via PC. Na realidade, estavam exorcizando fantasmas que eventualmente ameaçassem sua rede de privilégios. Sim, existe razão para a revolta.

Uma centelha de esperança paira no ar. Independentemente do beco sem saída em que se encontra a teoria, a juventude vai às ruas fazer história. Não mais uma história iluminada por uma verdade imamente revelada, que guiará

à paraísos idílicos. Mas uma sociedade orientada pela razão, e que mantenha intacto o espaço da individualidade.

Carta ao meu filho

"Filho, ligo a TV para assistir ao protesto dos estudantes em passeata contra a corrupção, a favor da ética na política, e, pasmo, descubro sua imagem entre os milhares de adolescentes, caminhando e cantando como na música de Vandrê. Pai, cidadão e ex-estudante, tive três súbitas e sucessivas reações. A primeira foi a de que você estava matando aula. A segunda é de que exercitava a plenitude democrática, o civismo e a civilidade. A terceira, um misto de orgulho e remorso. De orgulho, filho, por vê-lo empunhando a bandeira de uma causa maior, o seu país. De remorso, porque eu não o fiz herdeiro dessa mesma luta, nem do país que você e a sua geração almejam e pelo qual saíram hoje às ruas.

Na juventude de seu rosto, filho, vi revelada a face anônima de jovens manifestantes do meu tempo. Não o rosto de seu pai. "Eu fui um filho que fugiu à luta".

PS - Acabo de ser informado pelo colégio que você, para ir à manifestação, pulou o muro. Não é essa, filho, a melhor forma de se conquistar: pulando o muro. Pior, porém, seria ficar em cima dele."

(De Cleo Medeiros a seu filho Felipe Cleodon, 17, que fugiu da escola para ir à passeata; a carta foi colocada sobre a cama)

Publicada Na Folha de São Paulo (28/08/92)